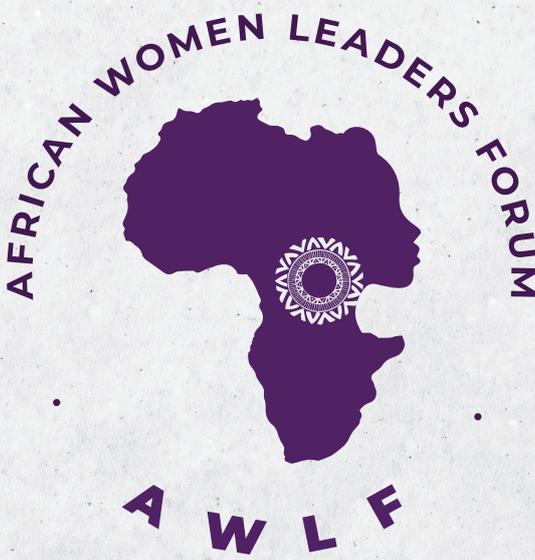




A SITUAÇÃO DAS MULHERES NOS PAÍSES EM TRANSIÇÃO E CONFLITOS

Um relatório da Iniciativa de Solidariedade
Eswatini, Etiópia, Moçambique e Sudão
(EEMSSI)

Relatório 2022



ÍNDICE

1.0 Introdução..	1
1.1 Contextualização::	2
2.0 Metodologia	2
3. Uma sinopse da situação nos países abrangidos pela EEMSSI	3
3.1 Eswatini	3
3.2 Moçambique	4
3.3 Sudão	4
3.4 Etiópia	5
4. Revisão da Literatura	6
5 Resultados	8
5.1 Compreensão das Transições e Conflitos na época da Pandemia da Covid-19	8
5.2 Aprofundamento das desigualdades socioeconómicas	8
5.3 Redução do espaço político e organizativo	10
5.4 Maior vulnerabilidade das mulheres defensoras dos direitos humanos e das minorias sexuais	11
5.5 Participação e agenciamento/intermediação das mulheres em Transições e Conflitos	12
Combatentes heróicas	12
Construção da Paz	13
Advocacia sobre a participação e representação das mulheres	14
Construção de movimento	14
Serviços de saúde sexual e reprodutiva	15
5.6 O Poder da Solidariedade Feminista	16
6.1 Eswatini	17
6.3 Etiópia	17
6.4 Sudão	18
6.5 Recomendações à sociedade civil, aos organismos regionais e à Comunidade Internacional	18



Introdução

As mulheres africanas têm historicamente assumido um papel central nas agendas democráticas e de libertação em todo o continente. Nas lutas de libertação contra o colonialismo e o apartheid, as raparigas e as mulheres tomaram as armas nos campos de batalha como soldados, colaboradoras de guerra,



mobilizadoras políticas, entre outros diferentes papéis. Acabar com o domínio colonial foi um pré-requisito para pôr fim ao patriarcado e a restauração dos direitos socioeconómicos, civis e políticos das mulheres. Os movimentos e líderes nacionalistas da época fizeram eco das aspirações das mulheres de que as guerras de libertação não seriam ganhas sem as contribuições das mulheres. No entanto, o período pós-independência foi descrito por muitas feministas e estudiosas como a maior traição, uma vez que as mulheres eram mantidas à margem da construção da nação e da governação, criando discursos que minam os papéis de vanguarda que as mulheres desempenharam. Embora os movimentos feministas tenham continuado a organizar e a realizar reformas políticas e legislativas, bem como a alterar normas e crenças que subjugam as mulheres pós-independência, os discursos nacionalistas permanecem patriarcais, e continuam a desvalorizar ou a tornar invisíveis as contribuições das mulheres na construção da nação, desenvolvimento nacional, democracia e governação.

A representação estatística das mulheres em instituições de governação, tais como conselhos locais e parlamentos, corroboram a contínua marginalização das mulheres em espaços públicos. Desde 2021, as mulheres constituíam 30,9% no Parlamento na África Austral, 30,8% na África Oriental, 21,7% na África Central e 15,7% na África Ocidental. Isto apesar da maioria dos países africanos terem subscrito o Protocolo Africano sobre Género e Desenvolvimento, o Protocolo de Maputo e os instrumentos da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação (ACDEG) que centram o papel das mulheres no desenvolvimento nacional e na governação das políticas africanas.

Embora alguns marcos tenham sido alcançados particularmente na reforma das políticas e leis para reconhecer os direitos das mulheres, a representação estatística das mulheres acima referida relata uma história de supressão dos esforços e poder das mulheres na arena pública, e em particular na influência sobre a política e governação. As narrativas e experiências das mulheres são minimizadas, a sua voz é normalmente silenciada e as suas ações na luta pela justiça social e sociedades democráticas são anuladas. A situação é pior para as mulheres nos países em transição e conflitos. As suas vozes são silenciadas, os seus esforços são apagados das narrativas mais amplas das lutas, mas são elas as mais afectadas pelas transições para a democracia e situações de conflito. É imperativo trazer à tona as experiências das mulheres durante as transições e conflitos, não só para reconhecer como são diferentemente afectadas, mas também para fazer com que as suas experiências informem melhor as estratégias de inclusão na reconstrução. Para Eswatini, Etiópia, Moçambique e Sudão que registaram protestos e conflitos durante a pandemia de Covid-19 é fundamental prestar atenção às experiências das mulheres nestes momentos para garantir que os processos de reconstrução estejam enraizados no combate às injustiças e desigualdades estruturais que aumentam a vulnerabilidade e marginalização das mulheres em tempos de crise.

1. Tanya Lyons, *Guns and Guerilla Girls*, Eudora, Ebitimi Kombo *Women in liberation wars in settler colonies of Kenya and Zimbabwe* e, Aliou Ly *the Promise and Betrayal: As mulheres na luta de libertação nacional na Guiné Bissau*
2. Aliou Ly, *Promessa e Traição: As mulheres na luta de libertação nacional na Guiné Bissau*
3. <https://www.statista.com/statistics/1248481/percentage-of-women-in-national-parliaments-in-african-regions/>
4. <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Women/WG/ProtocolontheRightsofWomen.pdf>

Contextualização

O Fórum das Mulheres Africanas Líderes (African Women Leaders Forum em inglês- AWLF) realizou uma Missão de Solidariedade de 29 de Novembro a 04 de Dezembro de 2021. O objectivo da missão era proporcionar e promover a solidariedade feminista africana, reconhecer os papéis das mulheres e promover a sua participação na política e liderança em países em transição e conflito, documentar as suas experiências e informar a advocacia colectiva para ampliar as necessidades das mulheres e outras populações marginalizadas em países em transição e conflito na África Subsaariana. AWLF reuniu uma equipa de mulheres dinâmicas do seu secretariado e grupo de trabalho para fazer parte da Iniciativa de Solidariedade de eSwatini, Etiópia, Moçambique e Sudão (EEMSSI). A equipa visitou e reuniu-se com feministas, activistas, representantes de mulheres no sector informal, líderes de mulheres jovens e mulheres líderes de organizações da sociedade civil e representantes políticos em Eswatini, Etiópia, Moçambique e Sudão.

Metodologia

Foi utilizado um conjunto de métodos, combinando entrevistas e conversas pessoais e virtuais com organizações da sociedade civil e representações políticas lideradas por activistas, feministas, raparigas e mulheres para ouvir as histórias e experiências de mulheres em situações de transições e conflitos. A equipa da EEMSSI deslocou-se a eSwatini e realizou entrevistas e reuniões presenciais em Manzini e Mbabane. Em Moçambique, a equipa colaborou com a Rede de Defensores dos Direitos Humanos da África Austral (SAHRDN) que organizava uma conferência sub-regional em Maputo, incluindo certas mulheres de diferentes partes de Moçambique, incluindo Cabo Delgado, que é a região norte que tem estado a viver um conflito armado desde 2017. A AWLF participou na conferência, fazendo observações sobre as questões-chave levantadas sobre a situação em Cabo Delgado. De seguida, foram realizadas entrevistas aprofundadas com certas mulheres participantes. AAWLF também teve tempo para entrevistar e ouvir jornalistas que faziam coberturas dos assuntos em Cabo Delgado, em Moçambique. No caso da Etiópia e do Sudão foram realizadas entrevistas e reuniões virtuais com organizações juvenis que trabalham em Tigré e Irob. A AWLF também participou em reuniões online organizadas com para debater sobre a situação em Tigré. Foi também feita uma revisão literária dos relatórios da sociedade civil, dos meios de comunicação social e do governo para complementar os dados gerados pelas diferentes reuniões e entrevistas realizadas para os quatro países.

Foi compilada uma narrativa temática sobre a compreensão do contexto, o estado da participação e representação das mulheres e o poder da solidariedade feminista, incluindo algumas citações diretas das pessoas entrevistadas. As pessoas contactadas e entrevistadas são aquelas que a equipa da EEMSSI conseguiu identificar e encontrar. No entanto, com a descoberta de factos e fatores de missões de solidariedade, incluindo restrições de tempo e disponibilidade de pessoas para se engajarem, significa que a lista de pessoas consultadas e a literatura revista não são exaustivas. Para proteção dos participantes que solicitaram anonimato, os nomes de indivíduos e organizações não serão mencionados em algumas secções do relatório.



Um sinopse da situação nos países abrangidos pela EEMSSI

3.1 Eswatini

Anteriormente conhecido como Suazilândia, Eswatini registou protestos nos últimos exigindo reformas políticas mais amplas na última Monarquia Absoluta de África. Os partidos políticos foram proibidos na Suazilândia em 1973, quando o então rei Sobhuza II decretou o estado de emergência, Sobhuza e a constituição da independência (implementada cinco anos antes) foi revogada. Até hoje, o estado de emergência permanece e a proibição dos partidos políticos continua firmemente intacta sob o domínio do rei Mswati III. As razões da proibição e do estado de emergência foram as seguintes: a oposição estava a ganhar popularidade, representando assim uma ameaça para a aristocracia na altura e que a crise constitucional tinha surgido devido a partidos políticos que provocam distúrbios e sentimentos de mal-estar e não são considerados parte do tecido social da Suazilândia. A partir deste período, o poder supremo desde o judicial, ao executivo e legislativo foi investido no Rei, que lançou as bases para a actual estrutura política da Suazilândia.

Os cidadãos têm feito campanha por um sistema democrático de governação. Uma série de protestos em curso em Eswatini contra a monarquia e a favor da democratização começou em finais de Junho de 2021. Começando como protestos pacíficos no dia 20 de Junho de 2021, os protestos escalaram para a violência e pilhagem depois de 25 de Junho, quando o governo tomava uma posição dura contra as manifestações e proibia a entrega de petições. Em resposta, o monarca usou a força excessiva e a brutalidade policial para reprimir os direitos dos cidadãos a protestos pacíficos, liberdade de reunião e associação.

O Comissário dos Direitos Humanos da ONU exortou as autoridades de Eswatini a aderir plenamente aos princípios dos direitos humanos e lembrou às autoridades que os protestos pacíficos são protegidos pelo direito internacional dos direitos humanos. A Comissão instou o governo de Eswatini a cessar imediatamente a sua repressão brutal contra civis, a restaurar e manter o acesso à Internet e a empenhar-se num diálogo inclusivo com grupos e políticos pró-democracia.

Relatos vindos de Eswatini indicam que desde finais de Junho de 2021, o exército e as forças policiais mataram dezenas de civis desarmados e feriram cerca de 1.000 pessoas, inclusive disparando indiscriminadamente contra e ferindo manifestantes. De acordo com a Amnistia Internacional, o governo supostamente prendeu centenas de pessoas e levou a cabo uma implacável repressão dos direitos humanos em resposta a protestos pró-democracia, com dezenas de mortos e muitos outros torturados, detidos ou raptados. Desde então, Eswatini proibiu toda a emissão de licenças para a realização de protestos. Em particular, o Ministro das Obras Públicas, Príncipe Simelane, na quinta-feira, 22 de Outubro de 2021, ordenou a todas as cidades e vilas que não emitissem qualquer licença para realizar protestos.

3.2 Moçambique

Em 2017, um grupo que se intitula Ansar al Sunna (tradução: apoiantes da tradição) começou a realizar ataques a alvos governamentais e civis em Cabo Delgado, uma província rica em rubis e petróleo e com uma população 54% muçulmana, enquanto que a maior parte de Moçambique é cristã.



O grupo teria sido formado em 2015 por seguidores do clérigo muçulmano radical queniano Abound Rogo Mohammed, que se estabeleceu em Moçambique após a sua morte em 2012. Os moçambicanos chamam-lhes Al-Shabaab, mas não são o mesmo que o grupo terrorista na Somália. Ansar al-Sunna quer estabelecer um Estado islâmico na região e alega que o Islão praticado em Moçambique foi corrompido e já não segue os ensinamentos do Profeta Maomé. Os seus membros, que cresceram aos milhares, tentaram impedir as pessoas de irem para hospitais ou escolas, por considerá-los seculares e anti-islâmicos.

Os ataques de grupos militantes aumentaram significativamente no ano passado. Houve mais de 570 incidentes violentos de Janeiro a Dezembro de 2020 na província, de acordo com Armed Conflict Location and Event Data Project (ACLED), que monitoriza a violência política a nível mundial. Grupos de direitos humanos relataram a extensa destruição em todo o norte de Moçambique pelos militantes.

Isso inclui assassinatos, decapitações e raptos, com mortes por ataques perpetrados por todas as partes envolvidas nos conflitos a aumentar significativamente no ano passado. O incidente mais horrível foi o de 50 pessoas decapitadas num campo desportivo em Março de 2021. A

instabilidade levou a que um grande número de pessoas deixasse as suas casas em áreas onde o conflito eclodiu. Cerca de 670.000 pessoas foram deslocadas internamente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula até ao final de 2020, de acordo com o gabinete da ONU para a coordenação dos Assuntos Humanitários. As pessoas foram obrigadas a abandonar as suas casas sem a sua identificação e sem documentos civis na maioria dos casos, o que as tornou ainda mais vulneráveis.

O ACNUR observou que as mulheres e raparigas são significativamente vulneráveis à violência baseada no género, sendo muitas delas raptadas, forçadas a casamentos ou prostituição, violadas ou sujeitas a outras formas de violência sexual. Mais de metade dos deslocados são mulheres e quase 15.000 estão grávidas, mas 36% das instalações de saúde de Cabo Delgado foram danificadas ou destruídas.

Inicialmente, a polícia estava a lidar com os insurgentes. Mas, à medida que os ataques se tornaram mais frequentes, os militares foram enviados e têm vindo a combatê-los desde então. Isto assistiu ao aumento das violações dos direitos humanos, detenções arbitrárias e execuções extrajudiciais de cidadãos e ameaças aos defensores dos direitos humanos e à sociedade civil.



3.3 Sudão

Recentemente as pessoas saíram às ruas no Sudão para protestar contra o golpe militar e exigir um governo pró-democracia, após um golpe de Estado em que o exército sudanês tomou o poder a 25 de Outubro de 2021.



Os militares dissolveram o governo civil, prenderam líderes políticos, ativistas dos direitos humanos e mulheres e declararam o estado de emergência. O líder do golpe, general Abdel Fattah Burhan, culpou as lutas internas políticas. Este golpe está sendo visto como um retrocesso no plano do país para adotar um sistema democrático.

No domingo 7 de Novembro de 2021, um grande número de cidadãos, incluindo raparigas e mulheres, defensores da democracia e dos direitos humanos, saíram às ruas da capital, Cartum exigindo reformas democráticas. O exército usou a força para dispersar os manifestantes. Foram também disparados bombas de gás lacrimogêneo. Durante este processo, o exército prendeu mais de 100 pessoas, incluindo raparigas e mulheres, políticos e defensores dos direitos humanos. Espera-se que mais se juntem aos protestos após os apelos à ação dos partidos políticos

3.4 Etiópia

Houve protestos semelhantes pró-democracia na Etiópia com protestantes apelando ao fim das hostilidades e à responsabilização na região do Tigré. Protestos pró-democracia da diáspora eritreia e etíope também exigiram a retirada das tropas eritreias e das forças regionais de Amhara

da região.

A 4 de Novembro de 2020, eclodiu um confronto militar entre os militares federais e as forças leais à Frente Popular de Libertação do Tigré (TPLF) que governa a região. O governo federal alegou que a guerra terminou com o controlo de Mekelle, a capital de Tigré, no final de Novembro de 2020. Na sequência disso, foi criada uma administração interina na região e estão em andamento trabalhos para restabelecer as instituições que prestam serviços públicos e a administração local na região.

Os Defensores dos Direitos Humanos estão alarmados com as graves violações dos direitos humanos que ocorreram durante a guerra em Tigré. O número devastador de casos confirmados de violência sexual e baseada no género acrescenta mais um nível de urgência à crise na região. Defensores dos direitos humanos e mulheres foram detidos durante os protestos pró-democracia.

De acordo com a Amnistia Internacional, as Tropas e Milícias submeteram centenas de mulheres e raparigas a violência sexual na região de Tigré, na Etiópia. O relatório afirma ainda que tem havido violação e violência sexual generalizada contra as mulheres e que as vítimas incluem mulheres grávidas.

4. Revisão da Literatura

De acordo com Mark Chingono (2015), em zonas propensas a conflitos como o Sudão, Etiópia, Moçambique e Eswatini, as mulheres são pauperizadas e sujeitas a exploração sexual à medida que enfrentam estupro e suportam o concubinato. Falta-lhes segurança, alimentação, saúde e educação. São também deslocadas das suas casas, vivem nos campos e nos matos com rebeldes que as utilizam como escravas sexuais

Gemma Burgess (2017) argumenta que existem quase sempre noções hegemônicas de feminilidade em todos os contextos culturais que moldam os papéis e posições relativas das mulheres. Embora em grande parte ocultada como resultado da identidade hegemônica de género que remove as mulheres da esfera pública e coloca as mulheres no espaço privado do lar; as mulheres participaram na vida pública de diferentes formas em países em conflito e transição. A literatura hegemônica tem confinado os papéis das mulheres em zonas dilaceradas pelo conflito como a Etiópia, Sudão, Moçambique e Eswatini a recipientes passivos da violência, a sobreviventes da violência que copiam a guerra e as suas consequências sobre eles. No entanto, os seus papéis são, na realidade, muito mais vastos. Nos quatro países, como demonstrado neste relatório, o lugar da mulher no espaço público, a esfera política não é marginal. Pelo contrário, está sempre presente e tem aumentado com a mudança dos sistemas políticos. As mulheres participam em conflitos como combatentes armados, activistas da paz, e como políticas de paz formais

Agência das mulheres na exigência de direitos é visível nos quatro países. Agência é vividamente debatida por Zakithi Sibandze (2021), que retrata as mulheres suázis como tendo resistido às probabilidades de décadas de frustração e repressão e pronunciada desigualdade de género e continuam a se manifestar. Isto é exemplificado pelos recentes protestos em

que a Assembleia de Mulheres Rurais da Suazilândia fez uma campanha apaixonada pela “retirada das forças de segurança das nossas comunidades” exigindo um “governo feminista” e uma “nova dispensação democrática”. A Assembleia de Mulheres Rurais da Suazilândia não exigiu apenas a remoção de um regime autoritário, mas também a desconstrução dos pressupostos patriarcais sobre os quais assenta (Zakithi Silibandze (2021)).

A agência é também evidente no relato do Fundo Global para as Mulheres (2021) sobre os protestos do Sudão que expulsaram al-Beshir. Apelidada de revolução das mulheres, as mulheres representaram cerca de 70 por cento dos manifestantes. Durante estes protestos, as mulheres disseram que preferiam morrer nas ruas do que voltar para casa para mais repressão. Na Etiópia, esta urgência é evidente no trabalho de organizações como a Associação das Advogadas Etíopes, que utilizou o quadro dos direitos humanos para desafiar a legislação que discriminava as mulheres e para aumentar a sensibilização para questões como a violência contra as mulheres (Gemma Burgess, 2017)

Há um consenso entre os actores internacionais sobre a necessidade de envolver as mulheres nos processos de paz de forma mais proactiva nos países em conflito e/ou transição (Anna Larson et al. 2019). Esta ideia é defendida pela Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR 1325). A UNSCR 1325 é um produto das percepções de que as experiências das mulheres tanto na paz como nos conflitos permanecem em grande parte despercebidas pelos actores e decisores políticos internacionais apesar das evidências existentes de que as mulheres são agentes activos da paz, resolvendo conflitos a todos os níveis da sociedade. A falta de reconhecimento do trabalho que as mulheres fazem na resolução de conflitos a nível local resultou em pouco ou nenhum reconhecimento deste trabalho de construção da paz das mulheres e da consequente marginalização nas negociações de paz e fóruns de paz.

5. Mark Chingono, Women war and peace in Mozambique: O caso da província de Manica, 2015

6. Gemma Burgess, Uma História Escondida: Women's Activism in Ethiopia, Journal of International Women's Studies, Vol 14, artigo 7, número 3

7. Tsjearld Bouta e Georg Frerks, Papel das Mulheres na Prevenção de Conflitos, Resolução de Conflitos e Reconstrução Pós-Conflito, Revisão da Literatura e Análise Institucional



A UNSCR 1325 é severamente subimplementada pelos estados membros. Isto é evidente pelo facto de, desde a sua adopção, as mulheres terem participado como negociadoras em acordos de paz em apenas 9 % dos casos . Moosa Zohra et al (2013) argumentam que apenas um em cada 40 signatários de tratados de paz nos últimos 25 anos tem sido uma mulher . Menos de um terço dos acordos assinados durante este período contêm quaisquer referências ao género (Secretariado da UNPO 2011: 12; Noma, Aker e Freeman 2012: 21; Ellerby 2013) Como consequência, a agência feminina e as suas contribuições para os processos de paz e democratização têm sido severamente restringidas . Há necessidade de admitir e

reconhecer o trabalho que as mulheres estão a fazer na resolução e transformação de conflitos a nível local e de as incluir em processos formais de construção da paz, tais como negociações de paz e assinaturas de tratados de paz. A limitação da participação das mulheres nos processos de construção da paz exclui as opiniões das mulheres das comunidades marginalizadas, negando-lhes a oportunidade de definir e abordar as suas próprias preocupações e necessidades e apagando a sua experiência e conhecimentos sobre o conflito em questão da agenda pública . Os esforços de construção da paz levados a cabo pelas mulheres nos quatro países deste estudo estão documentados no presente relatório.

8. A Revolução da Mulher no Sudão: Somos solidários com as activistas feministas que lutam pela sua liberdade <https://www.globalfundforwomen.org/latest/article/sudan-womens-revolution-fighting-for-freedom/>
9. Ibid
10. Anna Larson, Jenny Hedström, Joanna Pares Hoare, Rosalie Arcala Hall e Sara E. Brown, Women in Conflict and Peace, <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/women-in-conflict-and-peace.pdf>
11. Ibid
12. Da esfera privada para a pública: nova investigação sobre a participação das mulheres na construção da paz em <https://policy-practice.oxfam.org/resources/from-the-private-to-the-public-sphere-new-research-on-womens-participation-in-p-305233/>
13. Ibid

5 Resultados

5.1 Compreensão das Transições e Conflitos na época da Pandemia da COVID-19

As transições africanas para a governação democrática abrangem desde as acções de libertação para pôr fim à opressão colonial e patriarcal até aos conflitos civis pós-independência e aos conflitos que se verificam em países como Eswatini, Etiópia, Moçambique, Sudão, entre outros países de todo o continente actualmente. Os civis e as mulheres em particular continuam a lutar pelo acesso básico às oportunidades económicas e à autodeterminação nos Estados-nação modernos. A organização por diferentes movimentos políticos e de justiça social para democratizar está sujeita a violações dos direitos humanos - incluindo detenções arbitrárias; tortura; raptos; privação de direitos económicos e uma maior violação sexual de mulheres de grupos organizados apoiados pelo Estado ou dos próprios Estados. O início da pandemia de Covid-19 agravou a repressão estatal e aumentou a vulnerabilidade das mulheres em todos os aspectos da vida. Como uma organização de activismo político, liderada por uma jovem mulher em Eswatini sublinhou, "Covid-19 criou cada mulher para ser uma trabalhadora doméstica ou uma dona de casa. As mulheres foram afastadas da política e os homens não estão a ajudar". Para desfazer as realidades vividas das mulheres, e os seus papéis e poder nas transições e conflitos em meio a uma crise de saúde global, a EEMSI estabeleceu o seguinte.

5.2 Aprofundamento das desigualdades socioeconómicas

O conflito e as emergências humanitárias daí resultantes que cria nos quatro países aprofundam as desigualdades existentes e a discriminação contra grupos marginalizados, aumentam a violência sexual e perturbam os serviços de saúde que salvam vidas às mulheres. Aumenta as suas inseguranças, expõe-nas a vulnerabilidades sociais e económicas, catalisa a sua exploração e exposição a várias formas de violência, incluindo a violência contra as mulheres (VAW). Além do sofrimento originado pela falta de segurança, alimentação, saúde e educação, as mulheres nos quatro países são sobreviventes do aumento da violência psicológica, física e outras formas de violência. A guerra e o recolher obrigatório relacionado com a Covid-19 tornaram as ruas inseguras para comerciantes informais que são predominantemente mulheres (60 por cento em Eswatini, 59 por cento em Moçambique, 59 por cento no Sudão e 68,5 por cento na Etiópia). Em Eswatini, as



mulheres que saíram para negociar nas ruas durante o encerramento e o recolher obrigatório encontraram-se em conflito com a lei penal e, como tal, expostas a detenções e perda de bens. Em Cabo Delgado, aventurar-se nas ruas significava exposição a raptos, violações e tráfico por parte dos rebeldes.

O deslocamento como resultado de conflitos e de não-conflitos significou a perda de mercadorias por comerciantes informais e perturbações na maioria das suas actividades económicas lucrativas. Em todos os quatro países, não foram tomadas medidas para apoiar as mulheres cujos rendimentos foram reduzidos em resultado do conflito e da pandemia de Covid-19 induzida pelo recolher obrigatório. Tais salvaguardas (concessão de empréstimos, pacotes de estímulo e

14. Ibid

15. O ambiente propício às mulheres nas empresas em crescimento em Moçambique, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---ifp_seed/documents/publication/wcms_184769.pdf

injeção de dinheiro nos mercados financeiros para ajudar as empresas a recuperar dos efeitos adversos da pandemia e do conflito) só eram acessíveis às empresas formais, como no caso de Moçambique e da Eswatini, que ofereciam pacotes de ajuda às empresas formais que se encontravam em dificuldades em consequência da pandemia Covid-19. A maioria dos bancos exige a titularidade de terrenos ou outros bens imóveis como garantia, mas a maioria das mulheres não é proprietária desses bens. A informalidade, que também significava falta de garantias, significava incapacidade de acesso a estrd pacotes de ajuda por parte das mulheres.

A segurança colateral pode ser na forma de terra, que a maioria das mulheres não possui. Em Moçambique, apenas 25 por cento das mulheres têm direitos de uso de terras. Na Etiópia, sob o sistema consuetudinário de posse, o casamento é o principal meio de acesso à terra. Isto significa que o acesso das mulheres à terra é inteiramente por meio de membros da família do sexo masculino, dando-lhes portanto, apenas direitos subordinados. Este caminho para o direito à terra é susceptível de rupturas nas relações devido ao divórcio, morte e à mudança de prioridades dos proprietários de terras do sexo masculino, ressaltando o facto de que embora as mulheres possuam terras em nome dos seus filhos do sexo masculino, podem ser privadas do acesso e da propriedade de toda ou parte da terra em questão quando os rapazes crescem para a reivindicá-lo . Do mesmo modo, no Sudão, a autoridade para alocar terras comunitárias reside num sistema de chefes locais e os indivíduos e grupos têm direitos à terra através da adesão à comunidade. A terra, uma vez possuída por um homem adulto de acordo com as regras existentes, pode ser herdada pelo seu filho enquanto as mulheres só têm acesso à terra através de parentes masculinos . Em Eswatini, as mulheres não eram autorizadas a possuir terras ou propriedades até recentemente, quando um tribunal decidiu contra a sua prática. A Constituição de 2005 confere autoridade executiva para a gestão e governação de terras no Ngwenyama (o termo Siswati para o Rei) em confiança para a Nação. Mesmo que se tenha títulos de propriedade, o Rei ainda pode desapossar uma das terras como

desejar. Os activistas que ousaram opor-se ao Monarca foram despojados das suas terras.

No fundo das desigualdades económicas comuns nos quatro países, com uma ligeira variação na Etiópia, que todos os participantes apontaram como sendo os impulsionadores das agitações e conflitos, estava a corrupção por parte dos detentores do poder pelo seu auto-enriquecimento à custa dos cidadãos (cleptocracia). Derivando o seu significado de uma palavra grega, cleptocracia é definida como um governo que busca o seu próprio auto-enriquecimento à custa dos seus cidadãos. Moçambique está classificado em 2,7 de 10 no Índice de Percepções de Corrupção, onde 0 representa altamente corrupto e 10 representa limpo . O Sudão é considerado um dos países mais corruptos do mundo, com uma classificação de 174 no Índice de Percepção da Corrupção. A Etiópia está classificada em 87 no Índice de Percepção da Corrupção, o mais baixo entre os quatro países em estudo. As mulheres sofrem de corrupção em maior escala devido às relações de poder desiguais e à distribuição de recursos entre homens e mulheres. A corrupção exacerba estas dinâmicas de poder, limitando o acesso das mulheres a recursos públicos, informação e tomada de decisões, reforçando assim a discriminação social, cultural, e política .

A perda geral de rendimentos devido à pandemia e as agitações/conflitos, juntamente com a contínua apropriação indevida de recursos pelos governos, expuseram a maioria dos seus cidadãos à pobreza. Os serviços públicos têm continuado a diminuir, com o acesso a direitos básicos como a saúde, educação, água, saneamento e estradas a tornar-se gradualmente inexistentes. Na Etiópia, 73% das instalações de saúde foram destruídas pela guerra, quando centenas de milhares de mulheres grávidas necessitam urgentemente de cuidados maternos e obstétricos e quando sobreviventes de estupro e de violação em massa necessitam de cuidados pós-estupro. De acordo com a “Pesquisa Demográfica e de Saúde Etíope de 2016”, 23% das mulheres com idades compreendidas entre os 15 e 49 anos sobreviveram à violência física em algum momento das suas vidas, e 10% sofreram violência sexual. A violência contra as

16. Um Estudo Comparativo de Mulheres em Negócios Formais e Informais na Cidade de Jijjiga, Etiópia : Características, Ligação, Desafios e Caminho para o futuro
17. Fórum de Estudos Sociais, Policy Brief Number 40, Women Land Rights and Land Utilisation In Ethiopia, <https://www.fssethiopia.org/wp-content/uploads/2021/07/Policy-Brief-No.-43-EN.pdf>
18. Organização Alimentar e Agrícola, Base de Dados sobre Género e Direitos da Terra, https://www.fao.org/gender-landrights-database/country-profiles/countries-list/land-tenure-and-related-institutions/en/?country_iso3=SDN

mulheres em casa tem sido abundante e mais raparigas, mulheres jovens e mulheres têm sido sujeitas ao flagelo do HIV. A violência vivida nas agitações e conflitos tem permanecido orientada em função do sexo, uma vez que as mulheres são sexualmente violadas no espaço público e estigmatizadas por essa violência e a sua participação ao mesmo tempo. De acordo com as Nações Unidas, 22.500 mulheres sofreram violência sexual em Tigré. A Human Rights Watch informa que até Dezembro de 2021 em Moçambique, 600 raparigas foram raptadas, escravizadas e compartilhadas entre os combatentes como escravas sexuais.

5.3 Redução do espaço político e organizativo

Quando o espaço cívico está aberto, funciona como uma arena onde indivíduos, comunidades e organizações são capazes de se organizar, participar e comunicar sem obstáculos. Em países em conflito, as oportunidades de organização e participação no espaço cívico são frequentemente limitadas. A guerra causa anarquia e caos. A violência e as experiências horríveis sofridas pelas mulheres, incluindo tratamentos desumanos, cruéis e degradantes, têm o efeito de as deslocar da esfera pública, de posições políticas importantes e de espaços de tomada de decisão. A violência em Cabo Delgado, Sudão, Tigré e Eswatini tem confinado as mulheres às suas casas ou nos campos de deslocados. No Sudão, Etiópia, e Eswatini, o trabalho cívico é criminalizado e os corredores humanitários são fechados.

Todos os quatro países consideram a participação dos cidadãos um direito democrático. No Sudão, a Carta dos Direitos (Capítulo 14) prevê os direitos das mulheres ao abrigo da Secção 49 e o direito à liberdade de reunião e organização ao abrigo da Secção 58. A Constituição da Etiópia prevê o direito à liberdade de reunião, manifestação e petição ao abrigo do Artigo 30 e à liberdade de associação ao abrigo do Artigo 31. Em Moçambique, a liberdade de expressão e informação está prevista no artigo 48, enquanto que em Eswatini prevê a liberdade de reunião

e associação no artigo 25 da Constituição. Contudo, a EEMSI estabeleceu que existem contradições entre o que está no papel e a prática, uma vez que os quatro governos fecham deliberadamente o espaço cívico e político para se organizarem e para os partidos políticos da oposição se mobilizarem livremente.

Embora a chegada ao poder de Abiy Ahmed tenha inaugurado uma nova era de optimismo e reforma, tal como evidenciado pela libertação de prisioneiros políticos de alto nível, levantamento do estado de emergência draconiano, nomeação de mulheres para metade dos postos do gabinete e avanços significativos para desconstruir o sistema de governação autoritária, no mesmo período assistiu-se a um acentuado aumento da ilegalidade, intensificação dos conflitos domésticos, aumento da violência baseada na identidade étnica e grandes deslocamentos internos. As reformas levantaram a tampa sobre as tensões étnicas ao desestabilizar o governo de coligação de quatro partidos. A eclosão da guerra do Tigré em 2020 diminuiu as perspectivas de abertura total do espaço democrático na Etiópia, uma vez que o governo voltou ao autoritarismo numa tentativa de conter a guerra. Tais actos de autoritarismo incluem prisões e detenções arbitrárias de tigreanos, activistas e jornalistas. Ao regressar ao autoritarismo, o governo selou o espaço democrático para as organizações da sociedade civil femininas, tais como a Associação de Mulheres Advogadas Etíopes. O autoritarismo também resultou no encerramento de corredores humanitários dos quais activistas individuais de mulheres e organizações de mulheres receberam o apoio tão necessário.

Em Eswatini, os partidos políticos da oposição são proibidos, não são reconhecidos e não estão autorizados a funcionar. Um representante de um dos partidos políticos em Eswatini afirmou que:

“Como partidos políticos, não temos permissão para operar e a reunir-nos livremente. É muito arriscado e por vezes reunimo-nos nas nossas casas e por vezes em igrejas locais e outros tipos de lugares diferentes. Temos estruturas e delegações em todas as regiões do país”.

19. Overview of Corruption and Anti-Corruption in Mozambique, Transparency International, <https://www.u4.no/publications/overview-of-corruption-and-anti-corruption-in-mozambique.pdf>

20. Angélica Fuentes Téllez, The Link Between Corruption and Gender Inequality: A Heavy Burden for Development and Democracy, recuperado em 16 de Março de 2022 em <https://www.wilsoncenter.org/publication/the-link-between-corruption-and-gender-inequality-heavy-burden-for-development-and>

21. Moçambique: Centenas de Mulheres, Raparigas, Raptadas, Human Rights Watch, 7 de Dezembro de 2021, <https://www.hrw.org/news/2021/12/07/mozambique-hundreds-women-girls-abducted>

As mulheres que ousam desafiar o status quo são presas. A citação abaixo é um testemunho disso mesmo:

“Tive sorte de ter sido libertado sem qualquer acusação, mas temos muitas pessoas, incluindo as nossas mulheres membros que foram presas sob falsas acusações e foram levadas a tribunal”

No Sudão, as mulheres desempenharam um papel proeminente nos protestos que levaram ao derrube de al-Bashir. Embora um governo de transição que substituiu o regime de al-Bashir tenha revogado a lei pública utilizada para regular o vestuário e o comportamento das mulheres, o espaço político e organizativo não foi completamente aberto, uma vez que algumas restrições permaneceram. Estas restrições são visíveis em Amira Osman, uma activista dos direitos da mulher detida e um padrão de violência contra activistas dos direitos da mulher que reduziu severamente a sua participação política no Sudão .

5.4 Maior vulnerabilidade das mulheres defensoras dos direitos humanos e das minorias sexuais

Em Moçambique, as estatísticas do ACNUR indicam que das 732 000 pessoas deslocadas pela guerra em Cabo Delgado, mais de metade delas eram mulheres, 15 000 das quais estavam grávidas. Na Etiópia, 110 000 das mulheres afectadas pela guerra do Tigré necessitam de cuidados maternos, quando apenas 28% das instalações de saúde estão activas. As mães lactantes e grávidas nos campos de deslocados da Etiópia estão desnutridas, incapazes de amamentar e encontram-se num terrível estado de angústia psicológica, trauma e cansaço.

Nos quatro países, o Estado usa a força para reprimir os protestos dos cidadãos e silenciar as vozes dissidentes durante os conflitos, expondo as mulheres a mais formas de violação. Tácticas de guerra perversas em Cabo Delgado e Tigré colocam as mulheres no epicentro do conflito. Em Julho de 2021, a Amnistia Internacional relatou que “É evidente que a violação e a violência sexual

têm sido usadas como arma de guerra para infligir danos físicos e psicológicos duradouros às mulheres e raparigas em Tigré”.

Na Etiópia e em Moçambique, o estupro é utilizado como arma de guerra. Nestes dois países, foram relatados detalhes gráficos de tratamento cruel, desumano e degradante das mulheres que incluem violação em massa, violação em grupo, atribuição de mulheres cativas a combatentes como escravas sexuais.

Em Eswatini, houve 1 020 casos registados de violação entre Abril de 2020 e Janeiro de 2021. As estatísticas de uma organização local de direitos de saúde sexual e reprodutiva em Eswatini indicam que o número total de casos de violência registados num espaço de nove meses foi de 3 297, o que foi extremamente alarmante e preocupante para os cidadãos. Em Cabo Delgado, Moçambique, 600 mulheres foram raptadas e partilhadas entre combatentes, violadas, traficadas e expostas à violência sexual. Em Cabo Delgado, o pessoal humanitário também exigiu sexo em troca de ajuda. Foi também noticiado que em 2019, no Sudão, mulheres defensoras dos direitos humanos que foram arbitrariamente presas foram sexualmente assediadas e ameaçadas de violação. Em Moçambique, 17 mulheres activistas foram presas por protestarem contra a Violência Baseada no Género, expropriação de produtos femininos em mercados informais, crimes de guerra contra mulheres, entre outras violações dos direitos das mulheres, em frente ao Palácio da Justiça em Maputo, em Dezembro de 2021. Uma das mulheres activistas tinha isto a dizer: “Usaram a violência, puxaram-nos os cabelos, puxaram-nos pelas armas, fizeram uma série de abusos e torturas...”. Esta evidência aumentou a vulnerabilidade ao abuso e tortura de mulheres defensoras dos direitos humanos e outras mulheres nas arenas de conflito.

Em todos estes casos, as oportunidades de cura e acesso à justiça por parte dos sobreviventes, através da sujeição dos seus autores, são limitadas ou inexistentes, uma vez que o conflito levou ao colapso dos sistemas de justiça formal e a uma impunidade acrescida dos autores de violações dos direitos humanos. Em Eswatini, o Monarca está a violar flagrantemente os direitos humanos com impunidade. Em Cabo Delgado, em Moçambique, os rebeldes

22. “Etiópia”: Fim das detenções arbitrárias de Tigres, activistas e jornalistas em Adis Abeba e revelação do paradeiro de jornalistas não contados”, Amnistia Internacional, 16 de Julho de 2021 Overview of Corruption and Anti-Corruption in Mozambique, Transparency International, <https://www.u4.no/publications/overview-of-corruption-and-anti-corruption-in-mozambique.pdf>

cometem impunemente crimes de guerra, enquanto no Sudão, o governo golpista também actua impunemente e em Tigré, na Etiópia, as mulheres e raparigas sobreviventes de violência sexual ficam sem justiça.

As mulheres defensoras dos direitos humanos são sujeitas a estigmatização. Ao contrário dos seus homólogos masculinos que são considerados heróicos quando presos, as mulheres são culpadas e estigmatizadas pelas suas detenções. São interrogadas ou advertidas tanto em casa por familiares próximos que supostamente são os seus pilares de apoio, como em espaços públicos por “terem convidado os problemas para si próprias”. Uma das mulheres líderes em Eswatini tinha isto a dizer, “Há tanta desigualdade neste país. Vivemos com tanta violação dos direitos humanos, ameaças, brutalidade policial e uso excessivo da força militar. Nunca na minha vida imaginei que o meu belo país, a Suazilândia, veria tanto derramamento de sangue e uso de armas e balas vivas sobre pessoas inocentes que incluem mulheres e crianças.

As crianças foram presas, detidas e levadas aos tribunais na ausência dos assistentes sociais.

Em 2019, o registo de empresas em Eswatini recusou-se a registar uma organização não governamental lésbica, gay, bissexual, transgênero, intersexual (LGBTI), com base no facto de a constituição e as leis nacionais não protegerem contra a discriminação com base no sexo ou orientação sexual e proibirem as relações entre pessoas do mesmo sexo. A organização LGBTI contestou a posição do governo como sendo inconstitucional num processo judicial que, até à data, permanece pendente. Na Etiópia, tanto a actividade sexual masculina como a feminina do mesmo sexo é ilegal desde 2004, com uma pena de prisão de 10 anos ou mais, de acordo com o Código Penal (Proclamação N.º 414/2004 Art. 629, 630,106) . No Sudão, os criminosos do mesmo sexo foram sujeitos à pena capital e a penas de morte. As emendas de 2020 substituíram a pena capital e as penas de morte por penas de prisão. Moçambique é um dos três únicos países em África a oferecer protecção anti-discriminação a pessoas LGBTI, com protecção por motivos de

orientação sexual no emprego desde 2007.

As pessoas LGBTI que foram abertas em relação à sua orientação sexual e relações enfrentaram censura e exclusão do sistema de clientelismo baseado na chefia. Alguns funcionários tradicionais, religiosos e governamentais consideravam a conduta sexual do mesmo sexo como não sendo nem moralmente swati nem cristã. Apesar destas barreiras, pessoas LGBTI conduziram vários eventos públicos bem divulgados, incluindo uma celebração de orgulho virtual e vários diálogos organizados, todos eles ocorridos sem incidentes

5.5 Participação e agência das mulheres em Transições e Conflitos

Em tempos de transições e conflitos, as mulheres não são vítimas passivas. Em todos os quatro países, as mulheres continuam a desempenhar papéis críticos de várias formas. Embora raramente contadas, as narrativas de mulheres em transições e conflitos são histórias de coragem, esperança e resiliência. A EEMSI estabeleceu que as mulheres jovens e as mulheres estão a participar em transições e conflitos em Eswatini, Etiópia, Moçambique e Sudão de algumas das seguintes formas:

1. Combatentes heróicas

As mulheres jovens e as mulheres nos quatro países estão a desempenhar papéis significativos nos países em transições e esforços para mitigar e resolver positivamente os conflitos em curso. Estão activamente envolvidas na mobilização de massas, na educação política e de direitos humanos, protestando e oferecendo soluções para acabar com os conflitos e exigindo o cumprimento de todos os direitos dos cidadãos, conduzindo advocacia local e internacional, prestando cuidados e apoiando os afectados.

Historicamente, nestes quatro países, as mulheres têm sido algumas das mais corajosas e ferozes lutadoras e defensoras da liberdade.

23. Sudanese Women's Rights Activist Amira Osman Presa em Raid, Aljazeera, 23 de janeiro de 2022 , <https://www.aljazeera.com/news/2022/1/23/sudanese-womens-rights-activist-amira-osman-detained-in-raid>“Etiópia”: Fim das detenções arbitrárias de Tigres, activistas e jornalistas em Adis Abeba e revelação do paradeiro de jornalistas não contados”, Amnistia Internacional, 16 de Julho de 2021 Overview of Corruption and Anti-Corruption in Mozambique, Transparency International, <https://www.u4.no/publications/overview-of-corruption-and-anti-corruption-in-mozambique.pdf>

24. Moçambique: 17 Defensores dos Direitos da Mulher detidos: Ver, <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-17-womens-rights-defenders-detained-watch-206436/>

Mais de 4000 mulheres lutaram como combatentes na Guerra Etíope-Eritreia de 1998-2000. Um terço da Frente de Libertação do Povo Tigré (TPLF), que varreu a capital Adis Abeba em 1991 e levou Mengistu ao exílio e instalou Meles Zenawi no poder, eram mulheres, mas o seu heroísmo permanece desconhecido. A Tenente Yvonne Umwiza, que lidera um contingente de mulheres soldados navais na Força de Defesa Ruandesa, tem liderado as mulheres que lutam ao lado dos seus homólogos masculinos a repelir os rebeldes aliados com o Grupo de Palco Islâmico no Norte de Moçambique. Ela tinha isto a dizer das mulheres guerreiras: “Não há desafios específicos aqui em Cabo Delgado para nós como soldados femininos. Enfrentamos os mesmos problemas que os homens e estamos bem treinadas para desempenhar as nossas funções” No Sudão, as mulheres estiveram na vanguarda da revolução que depôs al-Bashir. Elas representavam mais de 70% dos manifestantes. Em Eswatini e nos três países, a Assembleia da Mulher Rural (RWA) e outras organizações de direitos da mulher continuaram a lutar na linha da frente dos protestos e conflitos.

2. Construção da Paz

Uma série de organizações de mulheres e líderes femininas estão a fazer um trabalho notável em cada um dos quatro países, em circunstâncias difíceis. A Associação de Mulheres Advogadas Etíopes formou e destacou os seus membros para esquadras de polícia para assegurar que as mulheres activistas que são presas recebiam melhor tratamento.

Desde a sua eleição como primeira mulher presidente da Etiópia, Sahle-Work Zewde, juntamente com as suas companheiras nomeadas para o governo do histórico de paridade do género por gabinete, estão a usar o seu poder e autoridade para denunciar crimes de guerra, desafiar os valores tóxicos do militarismo e do patriarcado que tornam possível aos homens cometerem atrocidades impunemente. Embarcou numa cruzada de paz a nível nacional, na qual mobilizou e encorajou os etíopes a abraçar e manter uma

cultura de resolução pacífica de conflitos. Disse ela: “Todos nós devemos estar todos juntos e salvaguardar a paz, pois ela é o fundamento de todas as coisas”. As mulheres etíopes locais também têm estado na vanguarda ao combater os principais factores de violência a nível local que têm o potencial de degenerar em conflitos armados. Exemplos de tais iniciativas incluem o Conselho de Paz das Mulheres da Área Moyale e o Conselho Boru, que defende a coexistência pacífica entre diferentes grupos étnicos na região e ajuda a mitigar entre eles quando os conflitos começam a ferver. Elas exortam os grupos de luta a não recorrerem à violência e a adoptarem abordagens não-adversas para a resolução de conflitos, tais como o diálogo contínuo e o litígio. As jovens etíopes e as mulheres da diáspora estão e activamente empenhadas na defesa do fim do genocídio, da violência sexual, do encerramento dos serviços sociais e de ajuda e da discriminação histórica do povo de Tigré e Irob. A Rede Juvenil Tigré e Irob Anina são algumas destas organizações que continuam a organizar-se e a sensibilizar para a situação em Tigré e Irob.

Em Cabo Delgado, activistas e organizações dos direitos das mulheres estão a organizar-se no meio do conflito, dando esperança e abordando os direitos das raparigas, das mulheres e crise na região em meio aos combates e colocando proactivamente em cima da mesa ideias para a resolução de conflitos e reconstrução pós-conflito. As raparigas têm vindo a construir casas que substituiriam as casas perdidas em resultado da guerra em Cabo Delgado. Esta iniciativa procura fornecer soluções habitacionais inclusivas e sustentáveis às mulheres e raparigas deslocadas afectadas pela guerra de Cabo Delgado. As mulheres construtoras da paz em Eswatini foram as primeiras a responder à crescente violência no seu país durante os protestos. Contando com diálogo como instrumento de construção da paz e no seu acesso a vários actores e partes interessadas no conflito, estão numa posição única para lançar as bases da paz. Por exemplo, elas têm vindo a facilitar diálogos com vários intervenientes com o Primeiro Ministro, engajadas com as missões diplomáticas, e estão no meio do

25. Eswatini Human Rights Report, 2020, Country Reports on Human Rights Practices for 2020 United States Department of State - Bureau of Democracy, Human Rights, and Labour, <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/ESWATINI-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf>
26. Os direitos dos LGBTI na Etiópia, recuperados a 19 de Março de 2022 em: <https://cdn.sida.se/app/uploads/2021/05/07083358/rights-of-lgbt-persons-ethiopia.pdf>
27. Eswatini 2020 Human Rights Report, Country Reports on Human Rights Practices for 2020 United States Department of State - Bureau of Democracy, Human Rights, and Labour, : <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2021/03/ESWATINI-2020-HUMAN-RIGHTS-REPORT.pdf>

poder de negociação com as autoridades tradicionais.

3. Advocacia sobre a participação e representação das mulheres

A participação e representação das mulheres na sua diversidade continua a ser crucial na mitigação dos conflitos e nas prioridades de desenvolvimento pós-conflito. As organizações de direitos das mulheres nos quatro países têm desempenhado papéis fundamentais para assegurar que as mulheres não sejam deixadas para trás na compreensão das causas, manifestações e contribuem na co-criação de soluções para abordar a causa dos conflitos e fazer avançar as transições democráticas bem sucedidas. Também mobilizaram as comunidades e mantiveram-nas informadas sobre as situações em curso. Na Etiópia, organizações como a Associação de Mulheres Advogadas da Etiópia (EWLA) utilizaram o quadro dos direitos humanos para promover os direitos das mulheres na arena privada e pública e para desafiar a violência contra as mulheres. Outras organizações de direitos das mulheres, incluindo a Rede de Associações de Mulheres Etíopes (NEWA), Rede de Jovens Tigré, Sociedade Civil Irob Anina (IACS), Comité de Acção Tigré, entre outras, permaneceram na linha da frente da ampliação da situação das mulheres e raparigas em Tigré.

No Sudão, as mulheres estiveram na vanguarda da revolução que derrubou o domínio de al-Bashir. O movimento de mulheres no Sudão percebeu a revolução como um momento decisivo para desmantelar o patriarcado e alcançar a igualdade de género. No centro da revolta #FallThatIsAll foi a celebração das mulheres. Os outrora vilipendiados, ridicularizados e deslegitimados papéis das mulheres activistas foram coroados com o título “Kandaka”, nome dado às rainhas núbias do antigo Sudão. Apesar das restrições de registo impostas pelo governo al-Bashir, o número de ONG registadas com foco em questões dos direitos das mulheres subiu para 37 até 2003, constituindo assim o grosso do trabalho da sociedade civil. As mulheres

continuaram a delinear e a exigir liberdade, paz e justiça como pré-requisitos para a sua participação na sociedade, incluindo após o conflito.

Em Eswatini, a Assembleia de Mulheres Rurais da Suazilândia (SRWA), Liphimbo Labomake, Grupo de Ação da Suazilândia Contra o Abuso (SWAGAA), Organização de Paz das Mulheres Africanas, Coalizão de Mulheres no Sector Informal, COSPE, Women Unlimited, One Billion Rising Swaziland and the Women's Rights Consortium of the Coordinating Assembly for Non-governmental Organisations (CANGO) fizeram uma campanha apaixonada pela remoção das forças de segurança das comunidades, justiça para civis, um governo feminista e uma nova dispensa democrática. As activistas dos direitos das mulheres e feministas, incluindo Doo Aphane, Nelisiwe Mtshali, entre outros, continuam a contribuir para aprofundar a análise sobre a desigualdade e injustiça enfrentada pelas mulheres na Suazilândia e apelam a uma mudança sistémica na reforma da sociedade Eswatini. Do mesmo modo, em Moçambique, as mulheres activistas e organizações como Promura, Fórum Mulher, entre outras, exigem o fim das atrocidades contra as mulheres e Cabo Delgado para a participação pacífica das mulheres e a realização dos direitos socioeconómicos e políticos do povo de Cabo Delgado. Exigem também a erradicação das desigualdades históricas e o acesso das moçambicanas às oportunidades económicas para o desenvolvimento das suas comunidades e do país. As organizações apelam também ao fim da violência sexual contra raparigas e mulheres e tanto pelo governo como pelas forças rebeldes e a brutalidade policial contra os mercados informais dominados por mulheres.

4. Construção de movimento

Indivíduos e grupos de mulheres na Etiópia, Sudão, Moçambique e Eswatini juntaram-se a outras mulheres do resto do mundo na maior acção de massas para acabar com a violência contra as mulheres (cisgénero, transgénero, e aquelas que têm identidades fluidas que estão sujeitas à violência baseada no género) na história humana, no molde do “Um Bilhão

28. Mulheres etíopes regressam para combater uma nova guerra, : <https://reliefweb.int/report/ethiopia/ethiopian-women-return-fight-new-war>

29. Ibid

30. Soldados femininos na linha da frente no Norte de Moçambique, <https://www.africanews.com/2021/08/17/female-soldiers-on-the-frontline-in-northern-mozambique/>



em Ascensão”. One Billion Rising (Um Bilhão em Ascensão) baseia-se na estatística impressionante de que 1 em cada 3 mulheres no planeta sofre violência durante a sua vida, uma estatística que ascenderia a mais de um bilião de mulheres e raparigas vítimas de violência . A vulnerabilidade à violência baseada no género é particularmente acentuada em países em conflito e transição, tais como os quatro países em estudo. Em Moçambique, o Movimento Um Bilhão em Ascensão é coordenado por Josina Machel, uma activista dos direitos humanos. Na Etiópia, o Movimento Um Bilhão em Ascensão é coordenado pelo clube Women For Change, um grupo de mulheres inspiradoras que trabalham para capacitar as mulheres através do seu desenvolvimento pessoal e profissional. No Sudão, o Movimento Um Bilhão em Ascensão é organizado pelo Movimento Maidanik, um movimento feminista independente revolucionário sudanês, enquanto em Eswatini, o movimento é coordenado por Liphimbo Labomake, também conhecido como a Coligação/Movimento das Mulheres de Eswatini. O movimento Um Bilhão apelou ao fim de todas as formas de violência contra as mulheres e à inclusão significativa das mulheres nos processos de resolução de conflitos e reconstrução pós-conflito em todos os quatro países.

5. Serviços de saúde sexual e reprodutiva

As mulheres nos países em estudo desenvolveram soluções locais para assegurar o acesso contínuo das mulheres aos serviços de saúde sexual reprodutiva nestas difíceis circunstâncias. No Sudão, durante a guerra, as mulheres e raparigas nas zonas rebeldes das montanhas Nuba do Sul de Kordofan tinham pouco ou nenhum acesso à contracepção, cuidados pré-natais ou cuidados obstétricos de emergência. Bombardeamento, destruição de clínicas por bombardeamento, má distribuição de medicamentos, e linhas de frente difíceis de atravessar, tudo isto reduziu ainda mais o acesso das mulheres em Cabo-Delgado, Moçambique, aos direitos de saúde sexual reprodutiva. Mulheres activistas da comunidade deslocada de Cabo Delgado solicitaram e obtiveram apoio do UNFPA e da ONU Mulheres para instalar tendas de saúde sexual reprodutiva e espaço amigo das raparigas, que forneciam serviços de emergência de saúde sexual e reprodutiva e de resposta à violência baseada no género às pessoas necessitadas. Estas tendas também distribuíram kits de dignidade feminina e instalaram clínicas móveis em áreas remotas.

Do mesmo modo, no Sudão, grupos locais individuais e mulheres solicitaram e estabeleceram contactos com o UNFPA e outros parceiros internacionais de desenvolvimento e obtiveram serviços de saúde sexual reprodutiva (incluindo ambulâncias tuk tuk) e distribuíram-nos entre mulheres que não tiveram acesso como resul-

31. Gemma Burgess, Uma História Escondida: O activismo das mulheres na Etiópia, <https://core.ac.uk/download/pdf/48832687.pdf>

32. Ibid

33. A Revolução Continua: O activismo das mulheres sudanesas, https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-46343-4_6

34. Ibid

35. Um Apelo à Paz no valor de mil milhões, <https://www.onebillionrising.org/48400/one-billion-rising-appeal-for-peace/>

36. Período de luta contra a pobreza na Etiópia, <https://borgenproject.org/fighting-period-poverty-in-ethiopia/>

tado do conflito. Na Etiópia, as organizações que lutam contra a “pobreza menstrual” incluem a Fábrica de Produtos Sanitários Mariam Seba, formada por uma mulher etíope chamada Freweini Mebrahtu, que usou a sua formação em engenharia química e as suas experiências em crescer com a pobreza menstrual na Etiópia para criar a Fábrica de Produtos Sanitários Mariam Seba. Esta fábrica treina e emprega mulheres locais para criar pensos higiénicos laváveis e reutilizáveis que custam até 90% menos do que a média de pensos descartáveis. Com cuidados adequados, os pensos podem durar até dois anos, tornando-os mais sustentáveis ambiental e financeiramente para as mulheres etíopes empobrecidas.

Outras organizações que prestaram serviços semelhantes incluem o Dignity Period que aumentou o acesso ao material menstrual e à educação nas regiões de Tigré e Afar no norte da Etiópia, distribuiu mais de 150.000 kits de higiene menstrual gratuitos contendo almofadas reutilizáveis e roupa interior. Noble Cup é outra organização de mulheres que oferece uma opção segura e acessível para as mulheres que sofrem de pobreza do período na Etiópia. Os seus produtos podem durar até cinco anos, mesmo com acesso limitado a água ou saneamento, tornando-os financeiramente sustentáveis a longo prazo. A Noble Cup distribui estes produtos menstruais e realiza workshops com o slogan “Every Queen Bleeds” que ensinam às raparigas sobre saúde e segurança menstrual, bem como biologia feminina. Em Eswatini, a SWAGAA está na vanguarda da luta contra a violência sexual e baseada no género e também defende uma legislação adequada para a protecção das mulheres.

5.6 O Poder da Solidariedade Feminista

FA solidariedade feminista pode ser definida em termos gerais como o princípio do apoio mútuo entre indivíduos, grupos e organizações que trabalham em prol da igualdade entre homens e mulheres e dos direitos das mulheres. A palavra “feminista” é utilizada para se referir à defesa ou apoio aos direitos e à igualdade das mulheres. A solidariedade feminista reforça o poder das mulheres para desafiar a desigualdade estrutural e as injustiças. Através da acção colectiva, as mulheres podem aproveitar as suas capacidades, conhecimentos e recursos comuns, permitindo-lhes manterem-se umas às outras e tomar cursos de acção que não estariam disponíveis para indivíduos e colectivos. Também lhes permite diminuir os riscos associados à resistência isolada.

A solidariedade feminista fornece um sistema de apoio às mulheres para reconstruir as suas vidas, ajudar as sobreviventes da violência a obterem cura e justiça e continuar a combater as injustiças. Na Etiópia, Women for Women International estabeleceu uma parceria com uma organização local, Mum for Mums, para prestar apoio às sobreviventes de violência sexual.

Uma participante de uma organização de coligação em Eswatini sublinhou a importância da solidariedade feminista e da oferta de formações de segurança para apoiar continuamente as mulheres activistas em situações de transição e de conflito para enfrentar as lutas e minimizar a inversão dos ganhos. Salientou que, “em consonância com a oferta de organizações feministas de solidariedade, tais como a AWLF, também precisam de considerar a oferta de formações de segurança para organizações da sociedade civil e seus membros”. Outra observou que foi a primeira vez desde as manifestações de Eswatini que uma delegação visitou para se encontrar e se apresentar em solidariedade com as mulheres. Elogiaram a AWLF pela missão de solidariedade e encorajaram que tal apoio e solidariedade fosse estendido a todos os países africanos que passam por transições e conflitos, uma vez que tais momentos são normalmente desencorajadores e traumáticos.



6. Recomendações

6.1 Eswatini

Recomendações ao Governo

1. O aumento da Violência Baseada no Género em Eswatini deve ser declarado um desastre nacional
2. Desconstruir normas e valores tradicionais que perpetuam a desigualdade de género e a violência contra as mulheres
3. Promover o diálogo multissetorial e a resolução pacífica da crise actual
4. Promover e proteger os direitos das mulheres à propriedade, incluindo a terra
5. Promover a participação das raparigas e mulheres e a igualdade de género em todos os espaços de tomada de decisão.
6. Colocar medidas para garantir a independência judicial, salvaguardar o poder judicial da captura pelo Monarca
7. Colocar em prática um sistema de governação democrática, transparente e responsável que garanta todos os direitos socio-económicos, civis e políticos da Suazilândia. Isto também implica o restabelecimento dos partidos políticos e da democracia multipartidária.

Recomendações à Sociedade Civil, aos organismos regionais e à comunidade internacional

1. Prestar solidariedade feminista às mulheres defensoras dos direitos humanos, incluindo formação de competências, ligando-as aos recursos existentes relevantes para a sua situação e apoio prático em tempos de angústia,
2. Exercer pressão sobre o Monarca para respeitar os direitos das mulheres e do povo da Suazilândia 6.2

6.2 Moçambique

Recomendações ao Governo

1. Promover a igualdade de género e acabar

- com a violência contra as mulheres
2. Promover o acesso e controlo transparente, responsável e equitativo dos recursos naturais para servir os interesses dos habitantes locais e do país.
3. Pôr fim à exploração de gás e combustíveis fósseis e aos fluxos financeiros ilícitos por corporações multinacionais
4. Promover a utilização sustentável dos recursos naturais pelos habitantes locais e para o desenvolvimento do país
5. Promover a liberdade de imprensa e acabar com a censura, prisões e detenções arbitrárias de jornalistas, defensores dos direitos humanos e civis.

Recomendações à Sociedade Civil, aos organismos regionais e à comunidade internacional

1. Prestar solidariedade feminista às mulheres defensoras dos direitos humanos em Cabo Delgado em particular e em Moçambique em geral
2. Documentar e publicar as experiências e papéis das mulheres na crise de Cabo Delgado
3. Organismos regionais e comunidade internacional para investigar possíveis crimes de guerra em Cabo Delgado e recomendar ao governo moçambicano que tome as medidas necessárias para facilitar a justiça às vítimas e sobreviventes

6.3 Etiópia

Recomendações ao Governo

1. Abrir corredores humanitários em Tigré
2. Investigar e pôr fim à violência sexual contra as mulheres e facilitar a justiça para as vítimas e sobreviventes
3. Tomar medidas para respeitar a plena cidadania das pessoas de Tigré e Irob.
4. Convidar organizações de ajuda internacional a prestar apoio humanitário a mulheres carenciadas
5. Continuar no caminho da reforma

6.4 Sudão

Recomendações ao Governo

1. Promover o acesso transparente, responsável e equitativo e o controlo dos recursos naturais para servir os interesses dos habitantes locais e do país.
2. Promover a igualdade de género e a governação democrática
3. Desarmar, desmobilizar e reintegrar todas as organizações militares e milícias do país
4. Assegurar que as mulheres desempenham um papel fundamental na concepção e implementação de actividades de resolução e construção da paz pós-conflito

6.5 Recomendações à sociedade civil, aos organismos regionais e à Comunidade Internacional

1. Ensure that women play a key role in the design and implementation of post-conflict resolution and peacebuilding activities.
2. Support and strengthen women's organisations in their peacebuilding efforts by providing adequate and sustained financial and technical support.
3. Strengthen the protection and representation of refugee and displaced women by paying special attention to their health, rehabilitation and training needs.
4. End impunity and ensure redress of crimes committed against women in violent conflict and enforce and bring to justice culprits involved in rape as a war crime.
5. Establish mechanisms for enforcing and monitoring international instruments for the protection of women's rights in post-conflict situations.



 [AfriWomenLead](#)

 [afriwomenlead](#)

 [African Women Leaders Forum](#)

 [African Women Leaders Forum](#)

www.awlforum.org